



CIDADE DO PORTO

Aos órgãos de comunicação social

Solicitamos a divulgação do seguinte comunicado:

Administrações de empresas públicas de transportes confirmam que nos próximos meses terão lugar cortes brutais de serviços e mais aumentos de preços

- Governo vai terminar ou reduzir a oferta de 54% das linhas diurnas e nocturnas da STCP com entrada em vigor da nova rede em 1 de Julho
- Governo pretende aumentar tarifários da CP Porto com o argumento de nivelar os valores com os preços praticados em Lisboa

Na sequência da aprovação pela Assembleia Municipal do Porto de uma deliberação proposta pela CDU – Coligação Democrática Unitária, teve lugar uma reunião envolvendo as administrações da Metro do Porto, da STCP, da CP, a Autoridade Metropolitana de Transportes, as Juntas de Freguesia do concelho e as diferentes forças políticas.

A discussão teve por base o relatório “*Adequação da oferta da rede de transportes colectivos da Área Metropolitana do Porto*”, apresentado no final do ano passado como resultado do despacho n.º 13371/2011, do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Tendo em conta a importância das matérias abordadas e a gravidades das medidas em preparação, a CDU torna público os principais conteúdos desta reunião:

- As orientações do Governo de redução da oferta, de aumento de preços e de despedimento de trabalhadores estão a ser concretizadas, perspectivando-se as seguintes alterações:
 - **No caso da STCP:**
 - **Estão previstas mudanças gravosas em 54% das suas linhas diurnas e nocturnas actuais com entrada em vigor da nova rede em 1 de Julho. De um total das actuais 64 linhas em funcionamento nos períodos diurno e nocturno, 16 passarão a ser exploradas por privados e 20 sofrerão alterações significativas;**
 - **O objectivo apresentado é reduzir 25% da oferta total da empresa, com a incidência de -16% no Porto, - 45% em Matosinhos, -25% na Maia, -27% Valongo, -57% em Gondomar, -18% em Vila Nova de Gaia. As únicas excepções a estes dados referem-se às linhas 61 e 94, onde continuarão em vigor os contratos com a VALPI (esta empresa conseguiu durante o processo de negociação impedir que a STCP substituísse os**



CIDADE DO PORTO

actuais contratos de exploração por serviços próprios da STCP como estava previsto inicialmente no relatório, mantendo assim a VALPI a receita garantida paga pelos contribuintes!);

- **Verifica-se uma desresponsabilização em garantir o serviço público de transportes em percursos importantes, libertando deliberadamente espaço para o crescimento do volume de negócios e da rentabilidade dos privados. Há uma clara subordinação da estratégia da STCP aos interesses dos operadores privados, concretizando a circunscrição gradual da oferta da STCP exclusivamente aos limites do concelho do Porto.** Um conjunto alargado de linhas e trajectos muito procurados passam exclusivamente a ser explorados pelos operadores privados Gondomarense, Pacense, Resende e Maia Transportes, designadamente com repercussões negativas nos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo e Gondomar;
- **Mantém-se o objectivo de extinção do tarifário monomodal no final do ano corrente;**
- **Esta estratégia não vai resolver os problemas de endividamento da empresa, como antes os irá agravar por via da perda receita e da perpetuação da elevada dependência em relação à banca comercial.** Note-se que apesar a redução em mais de metade do seu quadro de funcionários nos últimos 13 anos (*de 2800 em 1998 para cerca de 1300 em 2011, sendo que, segundo notícias vindas hoje a público, durante o ano corrente até mais 190 trabalhadores podem ser dispensados*) e dos cortes significativos na oferta feitos com o processo de reestruturação de 2007 e muitas reduções ocorridas entretanto, a STCP tem actualmente o maior nível de endividamento de sempre. **O Governo propositadamente omite que as actuais dificuldades financeiras da STCP e das demais empresas públicas de transportes resultam, no fundamental, do seu subfinanciamento público crónico – entre 2009 e 2011, a STCP recebeu de indemnizações compensatórias um total de 38 321 milhões de euros mas, nesse período, apenas de juros bancários, pagou 39 milhões de euros!;**
- **No caso da CP, foi confirmado o objectivo de determinar mais subidas dos preços praticados nos tarifários próprios das linhas suburbanas do Porto** com os argumentos que os percursos realizados nestas linhas, em média, são superiores aos realizados pelos utentes das linhas suburbanas de Lisboa pelo mesmo preço e que o tarifário ANDANTE se organiza por zonas mais pequenas que o tarifário vigente na CP/Porto. Acresce ainda que **o estudo contratado a uma empresa consultora para proceder à privatização das linhas suburbanas se encontra em fase de conclusão**, pelo que esta medida prevista no Plano Estratégico de Transportes poderá ter desenvolvimentos num prazo não muito distante;
- **No caso da Metro do Porto, foi confirmado que se iniciará em breve a renegociação do contrato de Operação e Manutenção a entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2015, assumindo-se como pontos de partida os objectivos de redução dos horários, da oferta de transporte, dos quilómetros percorridos**



CIDADE DO PORTO

e até de cortes na manutenção do material circulante e no nível de conservação e de renovação do sistema. Relativamente à conclusão da 2ª fase de expansão da rede, apesar das promessas que PSD, PS e CDS assumiram ao longo dos anos, o Conselho de Administração da empresa continua sem ter autorização do Governo para avançar com o processo, pelo que se mantém, sem horizonte de alteração, **o congelamento das linhas da Trofa, Porto – Matosinhos Sul, extensão da linha de Gaia até Vila D'Este e o prolongamento da linha de Gondomar.** Relativamente à ocupação a dar ao antigo terreno do Campo do Salgueiros, em Paranhos, que é propriedade da Metro, a perspectiva é que continue ao abandono;

- **Relativamente à perspectiva de fusão da Metro do Porto com a STCP,** segundo foi referido pelo Presidente da Metro do Porto, perante as dificuldades em se conseguir, no imediato, a junção completa destas duas empresas com estruturas e “marcas” muito diferentes, o caminho pode passar, por agora, pela nomeação de uma nova administração conjunta, que substituirá as actuais administrações em fim de mandato. Desta forma, **confirma-se o encaminhamento para a fusão destas empresas, tendo como objectivo no horizonte a sua privatização.**

As orientações do Governo, também para o sector dos transportes, põem em causa os direitos das populações e dos trabalhadores com a subordinação da estratégia das empresas públicas aos interesses privados. **As alterações em curso nos transportes públicos do Grande Porto, com destaque no que se refere à STCP pela sua dimensão e impactos para breve, representam um retrocesso brutal e um forte ataque ao direito à mobilidade.**

A CDU manifesta a sua enérgica oposição aos cortes em curso e denuncia a cumplicidade da Câmara Municipal do Porto e da Junta Metropolitana do Porto com o caminho que está a ser trilhado. É curioso notar que Rui Rio se multiplica em declarações de suposta “defesa do Porto e do Norte” a propósito de vários dossiers, mas nesta matéria apenas se conhecem afirmações de acordo com os conceitos de fusões, de cortes na oferta e de redução de trabalhadores. Aliás, recorde-se que o Presidente da Câmara e da Junta Metropolitana do Porto aceitou a governamentalização da gestão do projecto Metro do Porto e recentemente afirmou publicamente compreender os motivos que levaram o Governo a suspender a expansão da rede metro.

Perante os cortes brutais de serviços e mais aumentos de preços dos transportes públicos no Grande Porto, **o PCP vai questionar o Governo através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República e a CDU vai reclamar a discussão destas matérias nos órgãos Câmara e Assembleia Municipal.**

Consciente que o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações é o principal elemento de resistência ao Pacto de Agressão imposto pelas troikas nacional e estrangeira, **a CDU, em defesa de mais e melhores transportes públicos e de justiça social, apela à adesão massiva à Greve Geral convocada para o próximo dia 22 de Março.**

Porto, 19 de Março de 2012

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto